

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**PODER DECISÓRIO DOS PAIS NO INGRESSO DOS JOVENS  
NO MERCADO DE TRABALHO.**

MICHELLE SCHMIDT DOS SANTOS

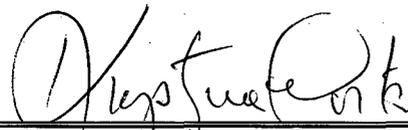
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina para a obtenção do título  
de Assistente Social, orientado pela professora :

**Krystyna Matys Costa**

Em 11/03/99

  
Marly Venzon Tristão  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

Florianópolis (S.C), março de 1999.



Krystyna Matys Costa ( Presidente )



Regina Panceri ( 1º Membro )



Ana Hofer Schuch ( 2º Membro )

NOTA: 9,5  
suadats.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente às pessoas que me apoiaram para a elaboração deste trabalho.

A meu pai, **Aldo**, pelo apoio e amor que sempre nos uniu.

Às minhas irmãs, **Waldirene** e **Suzana**, agradeço por estarem sempre ao meu lado dando apoio, carinho, amor e compreensão.

Ao meu sobrinho, **Neto**, por ser compreensivo, carinhoso e pelos momentos de risos e brincadeiras.

Às minhas sobrinhas, **Sônia** e afilhada **Dayane**.

A ti, **Alex**, pelo amor, carinho, e apoio que me dás nos momentos difíceis.

**TE AMO !**

Aos funcionários da Promenor, especialmente, à mãezinha do coração, **Arlete**, por ser tão especial.

Às colegas de estágio: **Izabella**, **Geisy** e **Nalú**.

À **Ana**, pelo seu carinho e amizade.

À **Rê**, amiga, supervisora e co-orientadora; és um exemplo de pessoa tanto profissional quanto pessoal. **TE ADORO !**

Às amigas do coração, **Ká** e **Josy**, pela forte amizade que nos une, tendo por base a cumplicidade, o respeito e o carinho. **ADORO VOCÊS !**

Aos Jovens Trabalhadores da Promenor, especialmente, aos **Jovens da Eletrosul e Gerasul**.

Aos **Jovens Trabalhadores e aos pais** que contribuíram para a realização deste estudo.

À **Professora Graça**, pela sua cumplicidade e apoio, meu muito obrigada.

À **orientadora Krystyna**, por ter acompanhado este trabalho.

A meus **colegas de turma**, pelos momentos de confraternização compartilhados; pela ajuda e incentivo nas horas difíceis.

A **todos** que, direta ou indiretamente, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>CAPÍTULO 1 - MERCADO DE TRABALHO E SUAS EXIGÊNCIAS</b>	
<b>RUMO AO SÉCULO XXI.....</b>	<b>09</b>
1.1 Histórico e conceituação do mercado de trabalho.....	09
1.2 Novo perfil do mercado de trabalho.....	18
1.3 A inserção do jovem no mercado de trabalho.....	25
<b>CAPÍTULO 2 - A REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA SOBRE O</b>	
<b>TRABALHO.....</b>	<b>37</b>
2.1 Descrição e análise da pesquisa.....	37
2.2 Significações dos pais quanto ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho.....	43
2.3 Os argumentos utilizados pelos pais ao buscar trabalho para os filhos.....	49
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

Vivemos, neste final de século, rápidas e profundas mudanças econômicas, ideológicas, políticas, tecnológicas, entre outras, as quais o mercado de trabalho precisa acompanhar. Hoje, o mercado de trabalho está exigindo trabalhadores cada vez mais qualificados e especializados. Muitas vezes, os trabalhadores submetem-se às exigências do mercado para não perderem o seu emprego. Neste sentido, o trabalhador pode hoje estar empregado mas amanhã não estar mais.

Estas questões relacionadas ao mundo do trabalho refletem-se na vida familiar; desempregados ou subempregados, os pais acabam não tendo como sustentar suas famílias, fazendo com que crianças e adolescentes sejam inseridos no mercado de trabalho para ajudar na renda familiar.

A iniciativa de realizar o presente estudo a respeito do poder decisório dos pais sobre o ingresso dos jovens no mercado de trabalho tem suas razões na experiência que a estagiária de Serviço Social vivenciou no Programa Jovem Trabalhador, Promenor.

Hoje, os adolescentes se inserem no mercado de trabalho devido à situação econômica familiar mas, principalmente, porque buscam no trabalho sua autonomia. Na maioria das vezes, quem, procura o trabalho são os pais e

não os jovens. Constata-se isto porque batem às portas do Programa Jovem Trabalhador com o mesmo discurso: "*o meu filho não tem nada para fazer...; Ele está chateado de ficar em casa...; Está louco para trabalhar...*"

Os pais, em sua maioria, reproduzem a visão de que o trabalho juvenil é a única alternativa para prevenir a ociosidade, a vadiagem, a mendicância e a criminalidade. Além de estar incutidas em nossa sociedade, a crença de que crianças e jovens provenientes da classe popular têm a obrigação de ajudar na renda familiar.

Em razão disto, surgiu o interesse em elaborar uma pesquisa que nos permitisse conhecer como é essa negociação dos filhos com os pais em relação ao trabalho e, até que ponto, de fato são os adolescentes que querem ser encaminhados para o mercado de trabalho. Este tema é importante para compreender melhor o comportamento dos jovens no trabalho, já que a prática mostra que quando não desejam trabalhar fazem de tudo para não permanecer no Programa.

O presente estudo segue a linha qualitativa apresentando uma pesquisa de caráter exploratório, proporcionando uma visão geral de tipo aproximativo acerca de determinado fato. Para a obtenção de dados, utilizamos como instrumental técnico a entrevista semi-estruturada por ser bastante adequada e flexível para obtenção de informações.

Assim, para análise do referido tema dividiu-se o estudo em dois capítulos.

O primeiro refere-se ao mercado de trabalho rumo ao século XXI e suas exigências, partindo da Revolução Industrial, quando se deu a transição do sistema familiar para o sistema fabril, e os trabalhadores masculinos passaram a concorrer com mulheres e crianças. A Revolução trouxe consigo transformações vitais formando o conjunto das bases do novo perfil do mercado de trabalho. Hoje, este mercado está cada vez mais exigente e excludente fazendo com que os trabalhadores negociem os seus direitos e benefícios e forçando a inserção cada vez maior de crianças e jovens em seu bojo.

No segundo capítulo apresentaremos a pesquisa e análise dos dados, visando identificar a representação da família sobre o trabalho. Para isso nos baseamos em duas categorias: significações quanto ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho e os argumentos utilizados pelos pais ao buscar trabalho para os filhos.

**CAPÍTULO 1 -**  
**MERCADO DE TRABALHO E SUAS EXIGÊNCIAS**  
**RUMO AO SÉCULO XXI.**

1.1 Histórico e conceituação do mercado de trabalho.

Para abordar o histórico e a conceituação do mercado de trabalho faz-se necessário relembrar os tempos passados. Antes, porém, é preciso entender o que é trabalho?

O trabalho sempre se fez presente na vida das pessoas. Desde os primórdios, o trabalho era gerado como fonte de sobrevivência. Segundo Marx, a primeira forma de trabalho do homem é o domínio do trabalho sobre a natureza, ou melhor, "o processo em que o ser humano com a sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza."(1996: 202)

É no trabalho que o homem vai mostrar seu potencial enquanto ser humano produzindo determinada mercadoria. Marx mostra que o trabalho, para aparecer na mercadoria, tem que servir para alguém. Ou melhor, o produto do trabalho tem que ter uma finalidade.

"O trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento, concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios." (Luckács apud Antunes, 1997: 122)

Na segunda metade do século XVIII, iniciou-se na Inglaterra a mecanização industrial, desviando a acumulação de capitais da atividade comercial para o setor de produção. Esse fato trouxe grandes mudanças, tanto de ordem econômica quanto social, que possibilitaram o desaparecimento dos restos do feudalismo ainda existentes e a definitiva implantação do modo de produção capitalista. A esse processo de grandes transformações deu-se o nome de Revolução Industrial.

"Revolução Industrial é um processo acelerado de transformação da estrutura produtiva realizado pela Inglaterra(...). Representa a separação definitiva dos trabalhadores de seus meios de produção, a sua transformação em proletários. Tal processo se caracteriza pela substituição das ferramentas pelas máquinas e da energia humana pela energia motriz. Em suma, a passagem do modo de produção doméstico ao fabril." (Arruda, 1991: 89)

A transição do sistema feudal para o capitalismo é dominada pelo Capital Mercantil, que contribuiu para a Revolução Industrial, ao aumentar o poder aquisitivo de certos setores da população, auxiliar o desenvolvimento de uma

estrutura financeira necessária à industrialização e ao favorecer o crescimento das cidades, centros comerciais antes de serem também centros industriais.

"Capital Mercantil é a forma primária do processo de acumulação capitalista, correspondente à fase de acumulação originária, na qual o capital comercial subordina a produção. Caracteriza-se pela reduzida imobilização de capital fixo e a maior importância do capital circulante, o que explica a enorme resistência em adentrar a produção, satisfazendo-se em controlá-la sem subordiná-la intrinsecamente." (Arruda, 1991: 88)

O desenvolvimento do Capital Mercantil estimula a produção de valores de troca, instiga a divisão social do trabalho. Este "tenderá a permear e articular as antigas formas de produção, assumindo, destarte, uma posição reacionária, em termos do desenvolvimento econômico, na medida em que se apega a seus privilégios e lucros excepcionais." (Arruda, 1991:25)

A primeira forma de produção industrial, o artesanato, surgiu no fim da Idade Média com o renascimento comercial e urbano e definia-se pela produção independente. Em casa, sozinho ou com a família, o artesão realizava todas as etapas de produção.

A ampliação do consumo resultou na manufatura, que levou o artesão a aumentar a produção e o comerciante a dedicar-se à produção industrial. A produtividade aumentou por causa da divisão social, isto é, cada trabalhador realizava uma etapa de produção. Neste sentido, a "manufatura é uma forma

mais evoluída porque intensifica a divisão do trabalho, desqualificando-o relativamente ao trabalhador do artesanato." (Arruda, 1991: 27)

A Revolução Industrial consolidou-se quando o trabalhador foi submetido ao regime de funcionamento da máquina e à gerência direta do empresário, ou seja, da maquinofatura.

"A máquina da qual nasce a Revolução Industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que pode operar ao mesmo tempo, com certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e é acionado por uma única força motriz(...). (MARX, 1996: 429)

Com o surgimento da mecanização industrial ocorreram significativas transformações em quase todos os setores da vida humana. Na estrutura sócio-econômica, fez-se a separação definitiva entre o capital, representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho, configurado pelos assalariados, eliminando-se a antiga organização corporativa da produção, utilizada pelos artesãos. Neste sentido, o trabalhador perdeu a posse das ferramentas e máquinas passando a viver da única coisa que lhe pertencia: sua força de trabalho. Assim, o "capitalista põe-se então a consumir a mercadoria, a força de trabalho que adquiriu, fazendo o detentor dela(...)." (Marx, 1996: 209)

Os artesãos, acostumados a controlar o ritmo de seu trabalho, tiveram de submeter-se à disciplina da fábrica, além disso, antes eles ganhavam "o bastante para uma vida decente e que agora, devido à competição das mercadorias feitas pelas máquinas, viram-se na miséria." (Huberman, 1985: 189) Também passaram a sofrer com a concorrência de mulheres e crianças. Na indústria têxtil do algodão, as mulheres formavam mais da metade da massa trabalhadora.

### Segundo Marx,

"...a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do Capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob domínio direto do Capital." (1996: 449)

Crianças começavam a trabalhar aos seis anos de idade e até menos. Trabalhavam até dezoito horas por dia sob o olhar de um capataz. Os acidentes de trabalho eram freqüentes, causados por diversos fatores: lugares insalubres; má alimentação; muitas vezes crianças adormeciam sobre as máquinas e seus dedos eram mutilados; caíam das pernas de pau que eram feitas para crianças que não atingiam o "cimo dos altos teares." (Arruda, 1991: 70). Não havia

garantia contra acidentes e, neste caso, nem indenização ou pagamento de dias parados.

A mecanização desqualificava o trabalho, o que tendia a reduzir o salário. Havia freqüentes paradas da produção, provocando desemprego. Pelas novas condições, caíram os rendimentos contribuindo para reduzir a média de vida. Uns se entregavam ao alcoolismo. Outros se rebelavam contra as máquinas e as fábricas. Estes, "chamados luditas, ao lutarem contra a maquinária sentiam que lutavam por um padrão de vida."(Huberman, 1985: 198)

A situação difícil dos camponeses e artesãos, ainda por cima estimulados por idéias vindas da Revolução Francesa, levou as classes dominantes a criar a Lei Speenhamland, que garantia subsistência mínima ao homem incapaz de se sustentar por não ter trabalho. Um imposto pago por toda a comunidade custeava tais despesas.

Segundo Arruda,

"esta lei, contudo, era ainda um mero paliativo, no sentido de criação de um mercado de trabalho completamente livre, pois representava uma tentativa de manter a mão-de-obra no campo e impedir o seu fluxo para os centros urbanos." (1991:77)

Submetidos à remuneração, condições de trabalho e de vida subumanas, em oposição ao enriquecimento e à força dos proprietários, entre os

trabalhadores associados em organizações trabalhistas como os sindicatos, surgiram idéias e teorias preocupadas com o quadro social da nova ordem industrial. Estabeleceu-se, claramente, a luta de interesses entre a burguesia e o proletariado. Neste sentido, "o sindicato é o meio mais poderoso que têm os trabalhadores para obter o que desejam - um melhor padrão de vida." (Huberman, 1985: 206)

Vale ressaltar que, no campo, o estímulo à produção com técnicas e instrumentos inovadores e o desaparecimento dos pequenos proprietários devido aos cercamentos integravam o trabalho rural ao sistema capitalista em desenvolvimento. O êxodo rural provocado pelos cercamentos permitiu que grandes empresários e nobres se apossassem de pequenas propriedades agrícolas por compra ou processos judiciais. Os camponeses que se transferiram para as cidades formaram um grande contingente de mão-de-obra disponível para ser utilizada nas indústrias.

Apresentaremos um resumo histórico da transição do sistema do trabalho da unidade produtiva familiar até a instalação do sistema fabril, segundo Huberman (1985:125):

"1. Sistema familiar: os membros de uma família produzem artigos para seu consumo, e não para venda. O trabalho não se fazia com o objetivo de atender ao mercado. Princípio da Idade Média.

2. Sistema de corporações: produção realizada por mestres artesãos independentes, com dois ou três empregados, para o mercado, pequeno e estável. Os trabalhadores eram donos tanto da matéria-prima que utilizavam como das ferramentas com que trabalhavam. Não vendiam o trabalho, mas o produto do trabalho. Durante toda a Idade Média.

3. Sistema doméstico: produção realizada em casa para um mercado em crescimento, pelo mestre artesão com ajudantes, tal como no sistema de corporações com uma diferença importante os mestres já não eram independentes; tinham ainda a propriedade dos instrumentos de trabalho, mas dependiam, para a matéria-prima, de um empreendedor que surgira entre eles e o consumidor. Passaram a ser simplesmente tarefeiros assalariados. Do século XVI ao XVIII.

4. Sistema fabril: produção para um mercado cada vez maior e oscilante, realizada fora de casa, nos edifícios do empregador e sob rigorosa supervisão. Os trabalhadores perderam completamente sua independência. Não possuem a matéria-prima, como ocorria no sistema de corporações, nem os instrumentos, tal como no sistema doméstico. A habilidade deixou de ser tão importante como antes, devido ao maior uso da máquina. O Capital tornou-se mais necessário do que nunca, do século XIX até hoje."

Esta classificação, no entretanto, não é rígida, pois, num mesmo momento, algumas dessas formas se mesclaram, enquanto em determinados casos alguns sistemas nunca chegaram a se delinear claramente.

Em suma, a Revolução Industrial representou o processo de mecanização da indústria, até então desenvolvida como uma produtividade limitada por ser baseada na reprodução artesanal e manufatureira. Esta Revolução trouxe consigo transformações vitais: novos avanços tecnológicos industriais; surgimento de novas indústrias e falência de antigas corporações; o aumento da produção e da urbanização, redução da população dos campos; a afirmação do

capitalismo como modo de produção dominante e da burguesia e do proletariado como classes básicas na nova estrutura social; utilização constante de máquinas e maior divisão técnica do trabalho com o conseqüente aumento da produção e produtividade, formando o conjunto das bases do mundo contemporâneo, tema a ser abordado no item seguinte.

## 1.2 Novo perfil do mercado de trabalho.

Vivemos, neste final de século, um novo período de aceleração histórica.

Rápidas e profundas mudanças econômicas, sociais, técnicas e culturais.

"Estamos nos primeiros estágios de mudança do trabalho em massa para um altamente especializado trabalho de elite, acompanhada da crescente automação na produção de bens e serviços."(Jornal Folha de São Paulo, 02/11/97)

A automação e a informatização da produção de bens e serviços exige trabalhadores cada vez mais qualificados e especializados.

Hoje, o trabalhador precisa ter algumas habilidades, em função das exigências do mercado, como: flexibilidade, criatividade, autonomia nas decisões, capacidade crítica, romper com antigos paradigmas, familiarização com a informática e com línguas estrangeiras, para estar se inserindo num mercado muito excludente. O mercado de trabalho vem passando por um grande processo de transformação, tornando-se cada vez mais seletivo e exigente. Segundo Telles, há uma "instabilidade e fragilidade" (1996:88) nesse mercado de trabalho, pois em função da ausência de direitos, o trabalhador pode hoje estar empregado mas, amanhã, não estar mais.

"A sociedade que está por libertar-se dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, que desconhece outras atividades (...). As massas contemporâneas seriam destituídas da única atividade que lhes resta." (Albornoz, 1992: 24)

Os índices de desemprego são pouco conhecidos num país como o Brasil, porque se referem apenas ao mercado formal, escondendo a multidão que trabalha em atividades econômicas informais, que apresentam, via de regra, problemas muito mais graves em termos de proteção legal e trabalhista. Tradicionalmente, é imenso o número de ocupados sem carteira assinada, o que significa também sem previdência.

"Empregados informais não têm acesso aos direitos assegurados pela legislação trabalhista, como a Previdência Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o direito de serem representados por um sindicato, horas-extras e vários outros." (Singer, 1996: 100)

O desemprego estrutural, produzido pelas combinações de novas tecnologias, tem tornado os trabalhos precários, temporários e os salários incompatíveis à realidade presente. Ou seja, com o avanço tecnológico se quer mais produção e menor contratação. Neste sentido, existe a possibilidade dos homens perderem o seu trabalho, já que são substituídos por máquinas e, talvez, dentro de alguns anos, as fábricas poderão estar vazias. Para os empresários, "as

máquinas custam menos do que os operários, não ficam doentes, não tiram férias, não cobram horas extraordinárias e nem fazem greve." (Manchete, 21/02/98)

Então, muitas vezes, os trabalhadores negociam garantias, submetem-se às exigências do mercado para não perderem o seu emprego. Desta forma, o trabalhador está diante de uma situação que o obriga a decidir se é preferível ter menos benefícios ou perder o emprego.

A maioria das empresas tornaram-se informais para livrar-se não só dos salários indiretos, mas também dos impostos. Neste contexto, surge uma nova tendência que é a terceirização que "implica a substituição de empregadores permanentes (na maioria formalizados) por fornecedores autônomos de serviço."(Singer, 1996:105)

No mundo da terceirização e contratação por algum tempo de serviço, direitos e garantias são palavras desconhecidas. O trabalhador é simplesmente sugado e explorado e ao final do contrato, nenhum direito lhe é repassado.

Nesta nova situação, os benefícios conquistados deixam de ter valor e a submissão às novas regras é acatada como única forma de sobrevivência.

Além disso, a terceirização faz com que as pessoas assumam tarefas que, na maioria dos casos, é dever do Estado.

Segundo Offe,

"As Organizações não governamentais, as igrejas, os movimentos profissionais como os Médicos sem Fronteira atuam como uma válvula de escape nas deficiências do Estado e do Mercado." (Veja, 8/04/98)

Então, o Estado transfere a responsabilidade para a Sociedade Civil trazendo a administração do dinheiro público para as mãos do setor privado. Assim, o Estado reduz o seu papel cortando custos ou diminuindo o acesso a certos direitos e benefícios. Fazendo com que os pobres, carentes, desamparados, fiquem destituídos de seus direitos e benefícios garantidos pela política social.

"Política Social é a estrutura de leis, propósitos, compromissos, princípios e valores que presidem a estrutura e o funcionamento do ramo social do Estado no âmbito da satisfação das necessidades básicas do cidadão." (Costa, 1990: 71)

As políticas sociais estão cada vez mais reduzidas e menos eficientes e isto deve-se às mudanças que estão acontecendo no Brasil e no mundo por conta das políticas econômicas neoliberais. Atualmente, está havendo o esgotamento dos mecanismos de proteção social, de representação e negociação, a recessão econômica e o desmoronamento dos serviços públicos, aumentando, assim, a pobreza brasileira.

No Brasil o grau de desigualdade entre ricos e pobres, homens e mulheres, trabalhadores do campo e das cidades, indivíduos de alta e baixa escolaridade é provavelmente maior que em qualquer outro lugar. No entanto, a desigualdade de renda, status social ou reconhecimento legal é apenas o outro lado da moeda da exclusão social. Os excluídos, em termos de aquisição de renda, prestígio social, ou direitos legais são exatamente aqueles que obtêm menos desses recursos porque os outros têm demais. No que se refere à renda, isto é bastante claro, uma vez que se presume que a cada momento a quantidade total de renda distribuída entre a população economicamente ativa é mais limitada, acontecendo o mesmo, é claro, para posições sociais e oportunidades formais de trabalho.

"Desde 1960, que os ricos ganhavam 30 vezes mais que os pobres, a concentração da renda mundial mais do que dobrou. Em 1994, os 20% mais ricos abocanharam 86% de tudo o que foi produzido no mundo. Sua renda era 78 vezes superior à dos 20% mais pobres." (Jornal Folha de São Paulo, 02/11/97)

Essa é a face menos conhecida da globalização (fase do sistema capitalista, que teve como base material a revolução tecnológica na informática e telecomunicações). A cada ano, vem separando os incluídos dos excluídos: os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres.

A globalização não beneficia a todos de maneira semelhante. Uns ganham muito, outros ganham menos, outros perdem. O problema não é só individual. É um drama nacional dos países mais pobres, que perdem com a desvalorização das matérias-primas que exportam e com o atraso tecnológico. Este é um dos motivos pelos quais os países desenvolvidos ficam mais ricos, e os pobres, mais pobres, isto porque a redução das tarifas de importação beneficiou muito mais os produtos exportados pelos países desenvolvidos, além dos mesmos continuarem a subsidiar seus produtos agrícolas, inviabilizando as exportações dos mais pobres. Com a internacionalização da economia milhões de brasileiros estão desempregados e na miséria.

"Em 34 anos, o quinhão dos excluídos na economia global minguou de 2,3% para 1,1%. A concentração chegou ao ponto de o patrimônio conjunto dos raros 447 bilionários que há no mundo ser equivalente à renda somada da metade mais pobre da população mundial - cerca de 2,8 bilhões de pessoas." (Jornal da Folha de São Paulo, 02/11/97)

O modelo neoliberal, pelo qual se organiza a sociedade brasileira, gera desigualdade e impede a criação de mecanismos que revertam o processo de concentração de renda, fazendo com que ressurgam, em grande proporção, os segmentos desprotegidos:

"(...)desde aposentados com pensões miseráveis, crianças e adolescentes sem qualquer cobertura social, minorias e/ou migrantes, doentes estigmatizados, (...) até trabalhadores expulsos do mercado de trabalho (formal e informal)."(Neto, 1996: 96)

O impacto do Neoliberalismo na estrutura de classe está evidenciando um enorme número de pessoas desempregadas e despossuídas de direitos sociais adquiridos e previstos em lei. Pessoas que, até então, não faziam parte do mercado de trabalho, em número considerável, como as mulheres e o jovens, hoje, aparecem para poderem estabelecer um mínimo em seus padrões de vida.

No próximo item enfocaremos a inserção do jovem no mercado de trabalho.

### 1.3 A inserção do jovem no mercado de trabalho

Um grande contingente de jovens ingressa no mercado de trabalho em razão das situações sociais e econômicas que geram exclusão de grande parte das famílias, tais como: o baixo poder aquisitivo, a perda dos direitos trabalhistas, a vulnerabilidade de emprego, entre outras a que já nos referimos anteriormente. Mas, em contrapartida, existem jovens que vão em busca do emprego para se qualificarem nesse mundo de trabalho tão excludente.

Antes de explicitar este item faz-se necessário definir o que é adolescência?

"Compreende o indivíduo entre 15 e 18 anos, temos os jovens relativamente bem desenvolvidos e fisicamente aptos. Esse jovem está em pleno esforço de se tornar independente de sua família tanto psico-emocional, e socialmente. Nessa fase, surge uma série de crises intra-familiares com sucessivas vitórias e derrotas da parte dos jovens e da parte de seus pais." (Mielnik apud Silva, 1996: 36)

Adolescência é um período de mudanças, mudanças estas que não são lineares, ou seja, não são mudanças simples, podem ocorrer com certo grau de complexidade.

Existem situações em que o jovem se comporta e age como adulto e outras em que pode apresentar uma conduta infantil.

Nessa fase os jovens querem construir a sua identidade e uma autonomia por eles mesmos. Se, antes, o universo do jovem era a família, agora ele vai querer ser mais do mundo. Passa a não gostar de acompanhar os pais nos passeios que fazem, nem de freqüentar os ambientes que eles propõem.

Essa é a idade da conquista, do fazer amigos, de encontrar paqueras, de viver intensamente as paixões e os desafios. Adolescente não é para ficar quieto. Deve questionar, arriscar e ousar. Isto é próprio de um espírito em expansão. De modo que não cabe na cabeça de ninguém que um jovem deva viver preso, "vegetando" dentro de casa. Precisa sair, brincar em festas, ampliar seu espaço social, principalmente nos longos fins de semana e períodos de férias.

Cabe ao Poder Público, como está prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente, "... estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude." (ECA, Capítulo IV, Art.59)

Nesse sentido, é hora de partir para uma fiscalização mais rigorosa, pois as políticas públicas existentes não garantem, ainda, aos adolescentes o acesso a atividades lúdicas, esportivas e artísticas, que são essenciais, junto à escola para o desenvolvimento do grupo infanto-juvenil.

Para compreender os adolescentes, tanto no seu desenvolvimento pessoal quanto na sua relação com o mundo, é preciso olharmos não somente para as suas transformações biológicas e psicológicas, mas também as sócio-econômicas, culturais e históricas, havidas no mundo no qual ele está inserido.

A diferença na posição social do indivíduo, no mesmo período histórico, influencia a estruturação de sua adolescência. Adolescentes de classes diversas, numa mesma cidade, apresentam padrões de comportamento bastante diferenciados. As desigualdades e a injustiça social refletem-se profundamente na adolescência.

"Uma criança pobre, (...), será empurrada para a vida adulta muito mais precoce e abruptamente do que um jovem de uma classe mais privilegiada, que pode prolongar sua adolescência indefinidamente." (Becker, 1989: 13)

No Brasil, o jovem de classe popular chega à adolescência com grandes desvantagens e a falta de perspectivas e opções faz com que nossos jovens vivam em condições precárias, tendo que ingressar no mercado de trabalho para suprir suas necessidades, começando a trabalhar devido as circunstâncias sociais.

O trabalho de crianças e adolescentes sempre esteve presente em sua vida, só que passou a ser mais evidente a partir da Revolução Industrial, pois

não se empregava somente pai e mãe mais sim, famílias inteiras. Antes, crianças e adolescentes trabalhavam em casa, sob orientação dos pais, e a partir daí, passaram a trabalhar em fábricas, sob a direção de um supervisor, com horários e condições estabelecidas pelo dono da fábrica. Além disso, recebiam os menores salários possíveis.

No Brasil, desde a década de 70, evidencia-se o crescimento da participação do jovem no mercado de trabalho em decorrência da necessidade de complementação da renda familiar causada pelas freqüentes crises econômicas, políticas e sociais que se refletem na perda do poder aquisitivo da população.

Esta realidade implica em efeito adverso na escolaridade e, conseqüentemente, na baixa qualificação para o mercado de trabalho, sendo que muitos jovens desenvolvem suas atividades sob condições desumanas e pouco conhecem de seus direitos garantidos por lei. Trabalham muitas vezes, de oito a doze horas por dia, ficando, assim, privados de escola, de formação profissional o que lhes impossibilita uma ascensão profissional e conseqüentemente melhores condições de vida.

De acordo com o IBGE / UNICEF (Jornal Estado de São Paulo, 18/11/97),

" 2,7 milhões de crianças no Brasil trabalham e não estudam. Entre aquelas que só trabalham, estão 552 mil crianças entre 5 e 9 anos - nesse caso, a maior

concentração de crianças que só trabalham está no Maranhão (6,9%), no Ceará (5,6%), em Santa Catarina (5%) e no Rio Grande do Norte (4,8%). Um milhão de crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos, procuram trabalho e 3,5 milhões de adolescentes trabalham mais de 40 horas."

Diante do que foi exposto é questionado até que ponto, de fato, vem se garantindo os direitos à profissionalização e à proteção ao trabalho prescritos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Já que o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que,

" a formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades. "  
(ECA, Capítulo V, art.63)

A participação do adolescente no mercado de trabalho tem provocado, portanto, muitos questionamentos, dificultando e interferindo na implementação de políticas específicas voltadas para o trabalho dos menores.

O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observando-se o respeito à condição peculiar de cada adolescente em desenvolvimento e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho, conforme preconiza o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, quando

prevê a condição de aprendiz ao adolescente maior de 14 anos, assegurando-lhe os direitos trabalhistas e previdenciários<sup>1</sup>.

Hoje, em algumas corporações, utiliza-se a mão de obra de crianças e adolescentes, indiscriminadamente, em virtude de configurar-se como mão de obra barata e manobrável, não exigindo do empregador grandes despesas. Contraria-se, assim, o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente que lhes assegura os direitos trabalhistas e previdenciários. " Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários." ( ECA, Capítulo V, Artigo 65)

É comum, nas cidades, os adolescentes de classe popular procurarem trabalho, objetivando um aumento na renda familiar, incorporando, assim, a ideologia da sociedade, que adolescente pobre tem obrigação de trabalhar para ajudar seus pais. Além de não ficarem à "toa", seja em casa ou na rua, não correm o risco de se envolverem com drogas ou qualquer outro tipo de violência.

"...trabalho dos filhos tem também o sentido de proteção contra os riscos e os descaminhos do mundo da rua, onde se sofre a influência de gente ruim e se anda em má companhia, suscitando os fantasmas da droga e da criminalidade."(Sarti, 1996:80)

---

<sup>1</sup> O referido estudo foi escrito antes da emenda constitucional nº 20 no artigo 7º, alínea XXIII proíbe ou institui a idade para o trabalho somente a partir de 16 anos.

Mas, em contrapartida, existem jovens de classes com melhores condições que ingressam no mercado de trabalho, para adquirirem bens de consumo e uma certa autonomia.

"...jovens trabalhadores em famílias com rendimento razoável mostra, (...), como é falho o pressuposto de que é sobretudo da pobreza, a necessidade de manutenção de um padrão de vida mínimo, que coloca os jovens, especialmente os adolescentes, em busca de uma atividade remunerada." (Madeira, 1997:106)

Lembrando, que isso não se dá somente com os jovens de melhores condições, e é também vivenciado por jovens "populares", pelo próprio desejo que sentem, de estarem incluídos, também, no mercado de consumo e de terem sua independência.

"Uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem trabalhar muito cedo é o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhe são associadas para se firmar em relação aos colegas e com as meninas, portanto, para ser reconhecido é se reconhecer como um homem." (Bourdieu apud Madeira, 1997: 107)

Muitos jovens querem trabalhar para serem mais livres. Receber o seu salário, para adquirir os bens de consumo que lhes são próprios, como a roupa, o lazer e o som; ter autonomia para decidir a sua vida, ser independentes.

Não podemos, aqui, generalizar e dizer que os jovens trabalham por causa da família, devido as circunstâncias sociais, pela ideologia e crença, pois temos, também, jovens que querem trabalhar para conquistar o seu espaço, receber o seu salário, adquirir os seus bens de consumo, a sua autonomia e, de uma certa forma, sua liberdade.

"Trabalhar, (...), não deixa de significar a afirmação de sua individualidade, ao abrir a possibilidade de conquistar um espaço de liberdade, na tentativa de ter acesso a bens de consumo e a padrões de comportamento que definem as marcas do jovem urbano: tênis, jeans, jaquetas, etc." (Sarti, 1996: 82)

As instituições que se propuserem a trabalhar com adolescentes precisam levar em consideração o trabalho, a cidadania, a qualificação..., afim de que se faça um investimento na formação desses adolescentes, também do ponto de vista profissional para realmente assegurar-lhes um direito que é o trabalho.

No contexto florianopolitano, existem instituições que preparam os adolescentes para enfrentarem as novas exigências do mercado de trabalho, assegurando seus direitos trabalhistas e de cidadão, exigindo que os adolescentes continuem estudando. Pois, se não permanecerem na escola, perdem a oportunidade de entrarem no mercado de trabalho.

A Promenor (ONG'S), através do Programa Jovem Trabalhador<sup>2</sup>, propõe a iniciação profissional do adolescente através do desenvolvimento de atividades em empresas, no sentido de oferecer-lhe uma formação profissional que possibilite a sua inserção efetiva no mercado formal de trabalho.

O Programa Jovem Trabalhador visa o desenvolvimento de ações conjuntas com a sociedade, através da adoção de medidas que privilegiem a negociação, a articulação e a conscientização, tendo em vista uma nova postura dos parceiros sociais envolvidos no programa, no sentido de focar o trabalho como atividade vital humana de direito e não de exploração.

O Programa tem como missão promover a capacitação, a inserção e o acompanhamento de adolescentes de 14 a 18 anos, preferencialmente de famílias de baixa renda, através de parcerias e integração no mercado de trabalho, garantindo-lhes direitos trabalhistas, oportunizando uma formação continuada, visando o seu crescimento e melhoria das condições de vida.

Para que os jovens sejam inseridos no Programa Jovem Trabalhador, têm que atender aos seguintes pré-requisitos; (idade de 14 a 18 anos), curso de office-boy/girl e/ou computação, escolaridade (a partir da 5<sup>o</sup> série), possuir documentação ( CPF, carteira de trabalho, carteira de identidade, atestado de saúde, certidão de nascimento).

---

<sup>2</sup> O histórico do Programa Jovem Trabalhador, Promenor, consta na dissertação de Mestrado de Regina Panceri e no Trabalho de Conclusão de Curso de Alexa Albuquerque Marciano Costa.

O Serviço Social, do Programa Jovem Trabalhador tem como objetivo viabilizar o atendimento prescrito na Política Social da Criança e do Adolescente junto às famílias e às empresas conveniadas, visando a instauração de um processo de formação pessoal e profissional bem como o exercício da cidadania, da participação, da reflexão e da inserção crítica no contexto social. Prepara o jovem para essas novas exigências postas pelo mundo do trabalho, oferecendo cursos para adquirirem novos conhecimentos e habilidades, indo além daquelas diretamente ligadas ao desempenho de sua tarefa. Viabiliza um processo de integração gradual e contínua dos conhecimentos formais, específicos e informais, de hábitos e atitudes e de valores éticos, alargando o horizonte dos educandos, oportunizando-lhes conquistar mais espaços enquanto cidadãos. Tem outros objetivos, tais como: possibilitar aos jovens acréscimo à renda familiar através do trabalho remunerado; contribuir para o suprimento das necessidades básicas do adolescente; assegurar o acompanhamento do adolescente nas questões profissionais, de escolaridade e aspectos familiares; propiciar aos adolescentes condições favoráveis para o seu desenvolvimento, através da iniciação profissional junto ao mercado de trabalho formal e garantir aos participantes o direito à formação escolar paralelamente à sua formação profissional.

O trabalho é entendido como um processo de formação, bem como, a inserção do jovem no trabalho, já que fica exposto a novas experiências, a

outros saberes superando gradativamente princípios e valores já incorporados.

Desse modo,

" o processo de formação, no programa, é resultante da combinação e da interiorização de inúmeros saberes, os quais ao longo do tempo, se transformaram em disposições gerais, preparando os jovens para ocupar um lugar no posto de trabalho conferindo-lhe certas competências."(Panceri, 1997: 215)

Com as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, vem se alterando o processo de formação do jovem trabalhador, "recuperando-se o sentido de agir humano e do trabalho como um espaço de construção das relações sociais de aprendizado, capacitação e independência." (Panceri, 1997: 210)

Na Promenor, a cidadania tem sido construída e reforçada através da interação do jovem trabalhador com as várias esferas da sociedade ( família, trabalho, escola, contexto social ) as quais propiciam uma diversidade de fontes de obtenção de saberes, ampliando-se as chances de se instaurar o saber-ser competente. A prática do profissional do Assistente Social pode constituir condição de facilitação para que a cidadania se efetive, na medida que cria e recria práticas democráticas e participativas.

Nessa perspectiva,

"reorientar a prática assistencial na direção da luta pela constituição da cidadania implica em ir além do aparente, de modo a fazer emergir a relação particular-universal, a vinculação entre o destino singular vivido e as determinações gerais da classe a que pertence." (Sposatti apud Panceri, 1997: 215)

No próximo capítulo faremos a descrição e análise da pesquisa realizada junto ao Programa Jovem Trabalhador.

## **CAPÍTULO 2 -**

### **A REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA**

### **SOBRE O TRABALHO.**

#### 2.1 Descrição e análise da pesquisa.

Durante o período de estágio no Programa Jovem Trabalhador - Promenor, observamos que, na maioria das vezes, quem procurava o Programa para solicitar trabalho para os jovens eram os pais. Muitos pais têm a visão de que os jovens são obrigados a se inserir no mercado de trabalho em virtude da precária situação econômica que vivenciam cotidianamente. A exigência é da própria família que não dispõe de boa situação econômica, além de toda uma concepção social inculcada em grande parcela da sociedade, pautada na aceitação do trabalho das crianças e adolescentes provenientes de classes populares, de que precisam trabalhar afim de contribuírem para renda familiar, evitando envolvimento com drogas e situações de risco. Essa busca dos pais para empregar os filhos é verificada na Promenor. Percebe-se que muitos pais estão mais interessados do que o próprio filho para o ingresso no trabalho. Os pais acabam "batendo" na Promenor com o mesmo discurso: *"O meu filho não tem nada para fazer...; Ele está chateado de ficar em casa...; Está louco para*

*trabalhar...*", isto apareceu nos vários depoimentos que, ao longo do estágio, presenciemos.

Muitos dos pais procuram a Promenor, também, quando seu poder aquisitivo baixa pois, a ideologia da sociedade é de que os jovens de classe empobrecida têm por "obrigação" ajudar seus pais a suprir despesas familiares. Não vêm o ingresso no mercado de trabalho como direito, tanto como direito de preparar-se futuramente, quanto de trabalhar. Num depoimento que presenciemos, pudemos observar que a mãe, de uma forma indireta, influenciou na decisão do filho, uma vez que este sempre quis trabalhar e a mãe interferiu na sua vontade, alegando que sua renda estava boa e que portanto ele não precisaria trabalhar. Mais tarde, quando nos procurou com o objetivo de encaminhar o adolescente ao mercado de trabalho, não foi mais possível, pois o jovem estava no limite máximo de idade.

Esses depoimentos mostram que, muitas vezes, os pais não respeitam o direito do jovem de optar e fazer suas próprias escolhas.

Os adolescentes devem ingressar no mercado de trabalho quando fazem sua escolha por livre vontade, segundo Souza (1989: 61), "para sentirem-se felizes e realizados."

Os pais, por serem considerados pela sociedade "donos da verdade" e por quererem zelar, acabam reprimindo seus filhos, não deixando que usufruam a

sua liberdade, impedindo-os de fazer escolhas e construir o seu próprio espaço na sociedade.

"...os pais não dão aos filhos nenhuma liberdade de experimentar - de errar - de aprender. Nosso mais do que falso 'princípio de segurança' diz que crianças - para se sentirem seguras - só devem fazer como os pais acham que é certo..."(Gaiarsa, 1988:99)

Muitos dos pais têm a preocupação de que o trabalho venha prejudicar os estudos dificultando a entrada do jovem no mercado de trabalho. Usam, como argumento, a falta de tempo para estudar que o jovem terá ao trabalhar; o cansaço ocasionado pelo trabalho, promovendo desatenção nos estudos e assim por diante.

Porém,

"há inúmeros exemplos de jovens com mau rendimento escolar, enjoados dos programas de primeiro e segundo graus que, pouco depois de terem iniciado um trabalho remunerado, voltaram a estudar, desta vez com dedicação e interesse, conseguindo conciliar ambas as tarefas, encontrando inclusive espaço para alguma forma de lazer gratificante." (Souza, 1989: 57)

Observa-se que existe uma certa diferença no empenho dos adolescentes, quando são induzidos pelos pais, e quando escolhem espontaneamente, já que, quando não têm interesse, não permanecem no trabalho.

Considerando estes fatos, foi que surgiu o interesse em elaborar uma pesquisa que nos permitisse conhecer, se são os pais ou os adolescentes que querem ser encaminhados para o mercado de trabalho.

Para aprofundar este estudo elaboramos uma pesquisa em que tanto os pais quanto os jovens foram ouvidos. Para a coleta de dados, utilizamo-nos do momento de admissão do jovem no Programa, ocasião em que se realiza a entrevista de admissão. Esta entrevista é o primeiro contato conjunto entre a Promenor (estagiária de Serviço Social), os jovens e seus responsáveis (pai/mãe), quando se preenche uma ficha de admissão, em anexo nº 01, pela qual se fica conhecendo um pouco da personalidade, caráter e aspectos familiares do jovem que irá iniciar-se no mercado de trabalho. Entrevistamos um total de 9 famílias, das 55 famílias que estiveram na Promenor buscando admissão dos seus filhos durante o período de coleta de dados. A mostra corresponde a 16%, que foram suficientes para análise compreensiva do tema pesquisado. As famílias pesquisadas foram escolhidas aleatoriamente.

O presente estudo segue a linha qualitativa apresentando uma pesquisa de tipo exploratório. A pesquisa qualitativa preocupa-se com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças e atitudes que correspondem a

questões particulares das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser quantificados.

O tipo exploratório é o processo pelo qual se entra em contato com o objeto de pesquisa. Segundo Gil (1991: 44), "esta pesquisa tem como finalidade, esclarecer, modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores."

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral de tipo aproximativo acerca de determinado fato.

Para obtenção de dados, utilizamos como instrumental técnico a entrevista semi-estruturada, em apêndice, por ser bastante adequada e flexível para "obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem, desejam, pretendem fazer, ou fizeram."(Gil, 1991: 113)

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, para que não se perdesse o conteúdo das respostas. Consultamos cada família, no início, a respeito do uso do gravador, não havendo oposição ao procedimento. Percebemos que não houve constrangimentos em responder as questões. As entrevistas foram realizadas juntamente os pais e filhos.

Das entrevistas efetuadas, de apenas duas famílias os jovens eram mais tímidos e introvertidos, fornecendo respostas curtas ou com movimentos somente com a cabeça. As mães, ao contrário, eram extrovertidas e falantes, influenciando as respostas dos filhos.

Através da formulação das perguntas complementadas pelas respostas, tivemos condições de delimitar categorias e assim enriquecer o estudo.

Os dados obtidos foram reunidos em duas categorias: significações quanto ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho e os argumentos utilizados pelos pais ao buscar trabalho para os filhos.

Procuramos analisar os dados objetivando compreender melhor as categorias por nós delimitadas.

## 2.2 Significações dos pais quanto ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho.

Como já vimos, anteriormente no Capítulo I, o trabalho de crianças e adolescentes não é recente. Tornou-se mais evidente com o advento da Revolução Industrial quando o Capitalismo passou a utilizar o trabalho das mulheres e das crianças, mão-de-obra abundante e, principalmente, bem mais barata.

"Não há quem ignore os abusos que se cometeram no século XIX, quando o processo de produção capitalista teve oportunidade, de graças às inovações tecnológicas (máquina, vapor, eletricidade) de se utilizar de uma mão-de-obra, sobretudo infanto-juvenil e feminina, abundante, barata, pulverizada, despolitizada, (...)." (Oliveira, 1994:18)

O trabalho infanto-juvenil é ainda facilmente aceito na sociedade, porque, culturalmente, o trabalho é visto como um meio de ocupação, tirando da rua uma parcela razoável de crianças e adolescentes e "evitando" seu envolvimento com drogas, situações de risco social, entre outros. Parece que aos jovens de classe baixa está destinado o trabalho sem que lhe sejam oferecidas as mesmas opções que se dão aos adolescentes mais favorecidos.

"A sociedade deve dar a todos, e não unicamente aos 'eupátridas' ou 'bem nascidos', a possibilidade de um harmônico desenvolvimento físico e psíquico e de preparar-se para um futuro trabalho qualificando-se para exercê-lo dignamente. Qualquer sociedade que, concretamente, não dá a todos essa efetiva oportunidade de exercer no futuro, o dever de trabalhar, além de ferir continuamente a justiça social, não tem autoridade moral de exigir que os adolescentes pobres comecem a trabalhar antes do tempo exigindo deles um dever que não cobra de todos."(Oliveira, 1994: 20)

Além disso, existe toda uma concepção de que o trabalho é uma prática educativa e disciplinadora, de preparação para a vida e como forma de evitar a ociosidade.

Podemos verificar que alguns depoimentos dos entrevistados aproximam-se do que foi citado.

*"...é bom, invés deles ficarem na rua, tem uma responsabilidade, tem que cumprir aquele horário, não fica na rua sem fazer nada."*

*"...quando tá trabalhando ele não tem tempo de fazer algo que às vezes, vem desabonar até a própria conduta dele. Trabalho traz dignidade(...). O trabalho, eu acho que desenvolve tanto a mente como tudo. Eu acho muito bom, muito importante. Ainda ajuda na parte do orçamento."*

*"Hoje em dia eu vejo na minha rua, ninguém quer nada, fazem coisa que não devem, roubam. Aquelas meninas tudo jogando, bebendo, tudo usando drogas, então, a gente vê as coisas como acontecem(...) toda a vida ensinei; cresceu, sempre dei as coisas, mas cresceu tem que fazer alguma coisa, algo, alguma coisa na vida, tem*

*que ocupar. Tem que ocupar o tempo dele com alguma coisa(...)."*

*"É bom, porque eles não andam na rua aprontando. Eles estão ocupados, têm alguma coisa para fazer. Se eles não vão trabalhar, vão dormir a manhã toda(...)"*

*"Acho uma das coisas melhores que tem. Assim, ele vai tá com tempo ocupado."*

*"Ótimo, porque invés de estar na rua praticando maldades, usando drogas. Eu acho que toda a mãe tem que colocar o seu filho para o trabalho cedo. Eu concordo com o trabalho, não só concordo como assino embaixo."*

O que vem contribuindo para o ingresso de adolescentes no mercado de trabalho é a crença de que o trabalho é disciplinador e desenvolve o senso de responsabilidade no indivíduo. Também, acredita-se que o trabalho seja fator de prevenção da ociosidade, da vadiagem, da mendicância e da criminalidade, dignificando a existência humana.

*"O trabalho dos filhos tem também o sentido de uma proteção contra os riscos e os descaminhos do mundo da rua, onde se sofre a influência de gente ruim e se anda em má companhia, suscitando os fantasmas da droga e da criminalidade." (Sarti, 1996: 80)*

Nota-se que os pais entrevistados acreditam que o trabalho seja a única alternativa para os filhos não se envolverem em situações de risco e não se

lembram que o esporte, o lazer e a cultura podem ser outras alternativas. Esquecem que, no local de trabalho, como na escola, não estão livres de se envolverem com tais situações.

Por outro lado, vale ressaltar que, para os jovens, o trabalho não é uma forma de evitar situações de risco, mas sim, de ajudar na renda, adquirir bens de consumo e principalmente conquistar a sua independência. Os jovens entrevistados, na sua maioria, são de classe popular e, apesar de sua situação econômica, querem trabalhar para serem mais livres.

"Liberdade, por sua vez, significa um poder de negociação maior junto à família para ganhar autonomia nas decisões, sobretudo na decisão de seu próprio consumo." (Madeira, 1997: 106)

Também a situação de separação dos pais influencia na procura do jovem pelo mercado de trabalho, como podemos verificar pelos depoimentos a seguir:

*"Se eu tivesse uma vida melhor financeiramente, o R.M. não precisaria trabalhar tão cedo. Mas em compensação esse período que ele ficava em casa e a tarde sem fazer nada, estaria no esporte. Eu teria condições de colocar ele no esporte, em outros cursos de aperfeiçoamento. Mas como a vida se voltou para outro lado e com a separação, com esse novo casamento, eu acho até que a própria situação obriga ele trabalhar."*

*"(...) quando eu era casada a gente tinha tudo, eu e o meu marido, a gente era bem de vida. Depois a gente perdeu tudo, ficamos na miséria."*

Então, as mudanças sociais ocorridas em virtude de uma doença, invalidez, morte ou qualquer outra forma de carência dos provedores (ou ao menos de um deles), como no caso da separação ou do desemprego, são situações pelas quais as famílias justificam a inserção dos jovens no mercado de trabalho, já que a contribuição monetária de seus filhos é necessária ao orçamento familiar. Essa demanda vem aumentando em função da atual situação sócio-econômica e política do país.

Além disso, outra condição que apesar de não ter aparecido na nossa pesquisa, vale ressaltar, é que os jovens se inserem no mercado de trabalho mais precocemente devido à falta de qualificação e escolaridade dos pais para se inserirem em ocupações mais complexas, que exigem conhecimentos amplos e específicos. Hoje, os pais "estão sentindo a barra da mudança numa escala crescente. Em vários sentidos, perceberam que o seu treinamento ficou obsoleto do dia para a noite e que seu trabalho não serve mais para empresas que se modernizaram muito."(Veja, 4/12/96) Neste sentido, os jovens vão em busca de trabalho para qualificar-se e preparar-se futuramente para um mercado mais competitivo.

Neste contexto, veremos, a seguir, os argumentos utilizados pelos pais ao buscar trabalho para os filhos.

### 2.3 Os argumentos utilizados pelos pais ao buscar trabalho para os filhos.

Como já vimos, este estudo foi realizado no processo de admissão do jovem ao trabalho. Sendo o jovem menor de idade, a entrevista de admissão é realizada junto com o responsável (pai/mãe). Neste momento é apresentado o regulamento para os pais e o regulamento interno para os jovens, em anexo nº 02, a fim de que os pais e filhos tenham conhecimento das normas do Programa Jovem Trabalhador.

Entrevistamos um total de 9 famílias, das quais, na maioria dos entrevistados quem compareceu a primeira vez ao Programa Jovem Trabalhador foram os pais, para pedir as informações de como inserir o filho no trabalho. Configurando-se, assim, a percepção de que "as famílias têm uma clara consciência das dificuldades de empregar jovens." (Madeira, 1997:104)

As famílias colocaram que ficaram sabendo sobre o Programa Jovem Trabalhador por segmentos diferenciados: 03 pais vieram por encaminhamentos de Professores e Diretores de colégio; 02 vieram por indicações de tios e irmãos que já foram atendidos pela Promenor; e os outros 04 vieram por intermédio do Conselho Tutelar, Assistente Social do Hospital Celso Ramos, etc.

Como o nosso objetivo é saber que influência os pais exercem na inserção dos jovens no mercado de trabalho, formulamos algumas perguntas para os pais e outras só para os jovens.

Na indagação feita aos jovens em relação ao motivo da solicitação para o trabalho, eles alegaram 4 motivos: ajudar na renda familiar, ter mais responsabilidade, adquirir bens de consumo e independência.

*"Para ajudar em casa." (adolescente G.G.)*

*"Para ajudar na renda e para mim." (adolescente V.L.B.)*

*"Em primeiro para ter mais responsabilidade, porque com o trabalho a gente sempre aprende mais, ter mais responsabilidade para aprender com isso também. E para ter as minhas coisinhas." (adolescente A.C.K.)*

*"Para ter o meu dinheiro, para não precisar da mãe, para não depender da minha mãe." (adolescente R.M.)*

*"Para ser independente e ter o meu próprio dinheiro." (adolescente L.A.F.)*

Como vimos, os jovens querem trabalhar para adquirir os seus próprios objetos, comprar o que lhes der vontade, satisfazendo suas necessidades pessoais e também familiares, a partir do que sentem-se com mais autonomia para decidir a sua vida e serem mais independentes.

Para os jovens o seu trabalho, como afirmamos anteriormente,

"(...)não deixa de significar a afirmação de sua individualidade, ao abrir a possibilidade de conquistar um espaço de liberdade na tentativa de ter acesso a bens de consumo e a padrões de comportamento que definem as marcas do jovem urbano: tênis, jeans, jaquetas, etc." (Sarti, 1996:82)

Constatamos que os pais foram os que deram o maior apoio aos filhos para ingresso no mercado de trabalho. Detectamos, pela coleta de dados, os argumentos que os pais utilizaram para os adolescentes trabalharem. Vale ressaltar que este questionamento quem respondeu foram os jovens e não os pais. Alguns pais argumentaram para os filhos que o trabalho seria bom, pois assim, teriam o seu próprio dinheiro, a sua independência, além de ajudarem na renda familiar. Houve famílias que insistiram para o filho trabalhar, argumentando até que ele aceitasse; um jovem disse em seu depoimento que teria que ir trabalhar mesmo que não quisesse, seus pais justificam dizendo que ele:

*"(...)não tem condições de escolher, porque ele não tem idade, outra que ele não tá adiantado no estudo e outra o que ele vai fazer não vai dar futuro pra ele, que é soltar pipa"*

O jovem, nesse momento, não está amadurecido para trabalhar o que ele quer é brincar, soltar pipa, ficar na rua se divertindo. Não podemos deixar de

ressaltar que os jovens precisam e têm direito ao lazer, ao esporte, à cultura, entre outras atividades que são importantes para o seu desenvolvimento. Está prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente, que:

"A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento." (Título III, art.71)

Houve situação em que o jovem manifestou-se dizendo que a mãe usou o argumento da necessidade de ajudar na renda familiar, mas, imediatamente, ela contestou, dizendo não ter usado nenhum argumento e que quem primeiro falou em trabalhar foi o filho. Só que analisando toda a entrevista pudemos observar que a mãe se contradisse quando declarou que procurou a Promenor para o filho ter um futuro melhor.

Assim,

"...trabalho do menor não depende só a sua sobrevivência como indivíduo, mas sim a sobrevivência de sua família, para cujo orçamento doméstico a contribuição da criança ou adolescente torna-se imprescindível." (Galasso, 1991: 53)

Houve família da qual o jovem colocou que se não aceitasse trabalhar a mãe iria chantagiá-lo, segundo o jovem R.M. *"ela é bem chantagista."* Apesar

da mãe exercer um poder de influência na decisão do filho em trabalhar, este não permaneceu no Programa Jovem Trabalhador. Ficou aproximadamente 4 meses desligando-se devido a problemas comportamentais.

Muitas vezes,

"...os pais não conseguem enxergar que pode haver outras alternativas e fazem imposições desnecessárias, esperando que o filho pense como eles ou se comportem como querem." (Maldonado, 1986: 30)

Em outra situação, o jovem submeteu-se a sua mãe durante a entrevista. As perguntas direcionadas ao jovem era a mãe quem respondia e o jovem só mexia com a cabeça. O pretendente ficou aproximadamente 17 dias no Programa Jovem Trabalhador, foi demitido devido a problemas comportamentais. Neste sentido, "escolher livremente a sua alternativa é uma tarefa difícil, mas pode ser muito gratificante." (Becker, 1985: 75)

Além disso, verificamos que mesmo que o jovem afirme que tem liberdade de escolha, é uma liberdade relativa. Os jovens podem ter liberdade em optar por outras "coisas", só que, em relação ao trabalho, fica mais difícil, já que o trabalho juvenil, para os pais, significa evitar situações de risco e até mesmo ajuda para suprir despesas familiares.

Alguns jovens entrevistados sentem-se responsáveis pela sua família, percebendo muitos deles, que devem ajudar de algum modo e tomam a iniciativa de trabalhar. Como vimos, existem também jovens que não sentem esta responsabilidade e preferem praticar atividades lúdicas, que são importantes para o seu desenvolvimento. Mas, para haver uma escolha interativa em ir trabalhar ou não, os pais devem conversar e explicar toda a situação econômica para o jovem, pois assim, ambos os lados estarão conscientes na tomada de decisão, a qual deve ser adotada em conjunto.

Foi muito gratificante ter realizado a entrevista conjunta com pais e filhos, pois, assim, foi possível detectar a influência que os pais exercem na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Constatamos através dos pais entrevistados que eles exercem influência na hora de decidir se o jovem deve ou não trabalhar. Só que, apesar dos pais exercerem poder na decisão, os jovens só permanecerão no Programa se quiserem. Isso podemos verificar pela análise apresentada.

## Conclusão

As situações vividas hoje, advindas da Globalização e do Neoliberalismo, têm promovido crises nos setores econômico e social, vem se refletindo na inserção dos jovens no mercado de trabalho, os quais, para ajudar na renda familiar, precisam trabalhar, e, também, porque nessa fase da vida, buscam suprir as suas necessidades de bens de consumo e conquistar sua independência, conforme vimos neste estudo.

A entrevista de admissão facilitou detectar o poder que os pais exercem na inserção de seus filhos no mercado de trabalho, pois possibilitou-nos conhecer um pouco da personalidade, caráter, aspectos familiares do jovem, além de oferecer uma visão conjunta do relacionamento dos jovens com seus pais.

Os dados obtidos confirmam que são os pais que procuram a Promenor a primeira vez, pois muitos conhecem a dificuldade de empregar os filhos num mercado de trabalho tão exigente.

Constatamos que são os pais os maiores interessados em encaminhar os seus filhos para o trabalho, incorporando o discurso pautado pela grande parcela da sociedade, que crianças e/ou adolescentes pobres devem ajudar a

suprir as despesas familiares, mas, principalmente, os pais justificam o ingresso dos jovens no trabalho por causa do caráter problemático que se atribui ao emprego do tempo livre. Para muitos, é bom que jovens trabalhem para não permanecerem desocupados. Não consideram bom, portanto, para os jovens, ficarem à toa, seja em casa, seja na rua. Em casa, porque isto eleva a frequência dos conflitos, não só com os irmãos, mas também com os pais. Na rua, porque estarão sujeitos a maior número de riscos na medida em que se reduzem as possibilidades de controle.

Neste sentido, o trabalho dos jovens, para os pais, significa ocupar o tempo, aprender algo e, principalmente, evitar as más companhias. Ao contrário, para os jovens, o trabalho é visto como possibilidade de ajudar na renda familiar, ter mais responsabilidade, adquirir bens de consumo e assumir independência. Isso podemos verificar pela análise apresentada.

É importante que os pais respeitem a decisão de seus filhos na inserção no mercado de trabalho, pois mesmo que a família necessite e/ou os pais desejarem muito, o jovem só irá permanecer no Programa se quiser, isso foi verificado através de vários depoimentos.

Esperamos estar contribuindo para os trabalhos posteriores que, por ventura, venham a realizar-se nesta área.

## Referências Bibliográficas

\_\_\_\_\_ Crianças um desafio para o Brasil enfrentar. **Folha de São Paulo**, 18 de novembro de 1997 - Geral - 13p.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho?** 5<sup>o</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 103p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2<sup>o</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1995. 155p.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Revolução Industrial.** 2<sup>o</sup> ed. São Paulo: Ática, 1991. 100p.

BECKER, Daniel. **O que é adolescência?** 6<sup>o</sup> ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 97p.

BRASIL. Lei n<sup>o</sup> 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e do adolescente. **Estatuto da Criança e do Adolescente: lei n<sup>o</sup>**

8069/90. Florianópolis: Prefeitura Municipal; Secretária Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social, 1994.

CHAGAS, Carlos. O desemprego não é inevitável. **Revista Manchete**, 21 de fevereiro de 1998 - Análise - p.99

COSTA, Antônio Carlos Gomes da, et al. **Brasil Criança Urgente: a lei 8069/90**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Pedagogia: Columbus Cultural, 1990.181p.

GAIARSA, José Ângelo. **Família e Política**. São Paulo: Ícone, 1988.

GALASSO, Leonilde. Recordação da adolescência: um acidente de trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez (47), p.49-68, dez 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 3<sup>o</sup> ed. São Paulo: Atlas S.A., 1991. 207p.

HUBERMAN, Léo. **História da riqueza do homem**. Trad. de Waltenser Dutra.

20<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1985. 318p. Capítulo X e Capítulo XVI.

MADEIRA, Felícia Reicher. **Quem mandou nascer mulher?: estudos sobre**

crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record / Rosa dos Tempos, 1997. Capítulo VII.

MALDONADO, Maria Teresa. **Comunicação entre Pais e Filhos: a linguagem**

do sentir. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, trad. de

Reginaldo Sant'Anna. 15<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Volume I. Capítulo V e Capítulo XIII.

NASCIMENTO, Antenor, FERREIRA, Roger. Ofunil estreitou. **Revista Veja**,

4 de dezembro de 1996. p.116-122.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para

uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez (50), 1996. p.87-132.

OFFE, Claus. O novo poder. **Revista Veja**, 8 de abril de 1998 - p.11-13

OLIVEIRA, Oris. **O Trabalho da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTR, 1994. 188p.

PANCERI, Regina. Instituição Assistencial e Cidadania. **Revista Veritas**, Porto Alegre, 1997. p.205-215.

PROMENOR. **Regulamento Interno**. Florianópolis.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Autores Associados, 1996. 128p.

SILVA, Marta. **A formação profissional dos jovens trabalhadores da Promenor no CIASC**. Florianópolis, UFSC, 1996. 88p. TCC.

SOUZA, Ronald Pangnoncelli. **Nossos Adolescentes**. 2<sup>o</sup> ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1989. 92p.

TELLES, Vera da Silva. **Questão Social: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEAD (04), 1996. p.85-95.

TOLEDO, José Roberto de. **Globalização aprofunda o abismo entre ricos e pobres. Folha de São Paulo**, 02 de novembro de 1997 - especial - p.12

## **ANEXOS**

Amex N° 01

FICHA INFORMATIVA  
ADISSÃO JOVEM TRABALHADOR

1 – IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM

- Nome: .....
- Nascimento: ..... Local: ..... Idade: .....
- CPF: ..... CI: ..... CTPS: .....
- Endereço residencial : .....
- .....
- Ponto de referência: ..... Fone: .....
- Data de admissão: ..... N° inscrição: .....
- Local a ser encaminhado: .....
- No lugar de: .....
- Horário: .....

2 – SITUAÇÃO ESCOLAR

- Escola onde estuda: .....
- Turma: ..... Série: ..... Horário: .....
- Reprovações: ( ) Não ( ) Sim em que série: .....
- Quantas vezes repetiu: ..... Motivo: .....
- .....
- O que representa o estudo, a escola para você? .....
- .....
- Matérias que mais gosta? .....
- Disciplinas que possui dificuldades: .....
- .....
- Como é sua frequência escolar: .....
- Deixou de estudar em algum período: ( ) Sim ( ) Não
- Justifique: .....
- Pretensões profissionais futuras: .....
- Já trabalhou antes? ( ) Sim ( ) Não
- Local: ..... Duração: .....
- Motivo da saída: .....
- O que acha da situação do Brasil: .....

OBS: .....

### 3 – IDENTIFICAÇÃO DOS PAIS

- a) Nome do pai: .....  
Idade: ..... Estado Civil:.....  
Profissão: ..... Renda Mensal:.....  
Local de trabalho: .....  
Endereço comercial: .....  
..... Fone: .....  
Tempo de serviço: .....
- b) Nome da mãe:.....  
Idade: ..... Estado Civil:.....  
Profissão: ..... Renda Mensal:.....  
Local de trabalho: .....  
Endereço comercial: .....  
..... Fone: .....  
Tempo de serviço: .....
- c) Responsável: .....  
Idade: ..... Estado Civil:.....  
Profissão: ..... Renda Mensal:.....  
Local de trabalho: .....  
Endereço comercial: .....  
..... Fone: .....
- d) Se os pais forem separados, explicar motivo: .....  
.....  
.....  
Com quem mora o JT? .....  
O pai ou mãe tem novo cônjuge companheiro? Quem é? .....  
.....  
Como é o relacionamento entre o JT e o(a) novo(a) companheiro(a): .....  
.....
- e) Nome de um familiar ou vizinho para contato: .....  
..... Fone: .....

#### 4 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR

- 1) N° de filhos: .....
- 2) Quantos trabalham: .....
- 3) Menores de 18 anos: .....
- 4) Quantas pessoas residem em casa: .....
- 5) Quantos ajudam na renda familiar: .....
- OBS: .....

#### 5 – CONDIÇÕES HABITACIONAIS:

Casa: Própria ( ) Financiada ( ) – R\$ .....  
Coabitada ( ) Cedida ( ) Alugada ( ) – R\$ .....

Construção: Alvenaria ( ) Madeira ( ) Mista ( )

N° de peças: .....

Condições da habitação: .....

#### 6 - CARACTERIZAÇÃO DO JOVEM:

##### Explicar como foi:

- Período de gestação: .....
- Parto: .....
- Infância: .....
- Adolescência: .....
- O que faltou durante o período de vida? (afeto, alimentação, brinquedos, dinheiro, remédios) .....
- Relacionamento com familiares: .....
- Temperamento: .....
- Maiores preocupações da família: .....
- Envolvimento com bebidas, drogas, jogos, etc.: .....
- Possui tique nervoso, problema de saúde, defeito físico, etc.:  
Especificar: .....

- O jovem costuma assumir compromissos estabelecidos? .....
- Com quem o jovem melhor se relaciona (pais, amigos, parentes) : .....
- Quem são seus amigos: .....
- O que costuma fazer no final de semana? .....
- Atividades preferidas: .....
- Atividades desagradáveis: .....

**7 – SITUAÇÃO ATUAL:**

A partir deste momento o que espera:

- PROMENOR: .....
- Emprego: .....
- Veio até a PROMENOR por intermédio de quem?.....
- Que tipo de informação recebeu sobre a Instituição: .....
- Conhece algum JT? ( ) Sim ( ) Não Quem? .....
- Como pretende agir enquanto trabalhador? .....
- Discorda de algum ponto do regulamento? Sim ( ) Não ( ) .....
- Especificar : .....

Data: ...../...../.....

Assinatura do Entrevistador

Assinatura JT

Assinatura Responsável

- Impressões sobre o JT e a família: .....

PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR

Regulamento Interno

a) PROMENOR é um organização civil, sem fins lucrativos, mantida pela Irmandade do Divino Espírito Santo

b) Objetivo do Programa: Inserir o jovem no mercado de trabalho e - assegurando seus direitos trabalhistas e de cidadã, oportunizando o aprendizado profissional e a inclusão participativa, organizativa e crítica no contexto social

01-O jovem será contratado por um período de experiência que durará entre 45 a 90 dias, com execução das tarefas pré - estabelecidas pela Empresa e pelo setor, juntamente com o mesmo.

02-O jovem estar sujeito a um rearranjo periódico do setor ou de empresa, a fim de diversificar seu aprendizado.

03-Comunicar a assistente social do PROMENOR e a Assistente Social ou responsável da Empresa qualquer ocorrência que implique em transtorno no trabalho ou em prejuizo do jovem contratado.

04-Frequentar normalmente as aulas até concluir o 2º grau. O acompanhamento escolar será feito através do xerox do boletim escolar e ou atestado de frequência, apresentado no final de cada mês (no dia do recebimento do contra-cheque, vale transporte e/ou refeição). A não apresentação implicará em atraso na entrega do vale refeição/vale transporte e/ou contra cheque.

04.1-A frequência escolar só será permitida uma vez, sendo que se a mesma ocorrer com frequência normal ou por problemas comprovados de saúde serão estudadas as dificuldades do caso e vistas as providências a serem tomadas.

04.2-A desistência escolar implicará em demissão imediata.

05-Comparecer às reuniões do grupo de jovens trabalhadores, de acordo com cronograma estabelecido, retornando ao local de trabalho após o término.

05.1-Faltas as reuniões:

As faltas as reuniões poderão implicar em advertência por escrito, salvo apresentação de atestado médico e/ou justificativa, após a realização da mesma.

05.2-Atraso as reuniões:

A tolerância para o atraso as reuniões ser de 15 (quinze) minutos, sendo que após este horário ser considerado falta.

06-Todo o extravio de numerário ou documentos, quando da empresa a PROMENOR se responsabilizar totalmente, nos extravios de terceiros caberá responsabilidade ao jovem, tendo acompanhamento da PROMENOR.

07-A-As advertências e suspensão relativas a escolaridade e ao trabalho não perderão a validade de um ano para outro e serão contados o tempo e hora para efeito de demissão.

07-B-Nos casos de advertência será solicitada a presença do responsável no prazo máximo de três (03) dias.

07-C-O não cumprimento do regulamento, implicará em advertência e suspensão caso algum:

a) A primeira advertência é oral; (diálogo reflexivo, crítico e analítico).

b) A segunda advertência é por escrito;

c) A terceira advertência, implicará numa suspensão de três (3) dias no trabalho.

d) Após 15 dias, ocorrer a demissão por justa causa se a situação persistir.

RESCISÕES: Tera seu contrato rescindido:

a) Um (1) mês antes de completar 18 anos de idade.

b) Se a empresa em que presta serviço solicitar a substituição.

08-O regulamento da PROMENOR, assinado pelo jovem e responsável na admissão, não perde sua validade quando este é alterado ou modificado, automaticamente fica aceito pelo jovem e responsável, mesmo sem suas assinaturas, considerando que há sempre a participação dos jovens nestas alterações.

09-O referido regulamento terá flexibilidade de acordo com as necessidades apresentadas, sendo que cada caso será estudado isoladamente.

10-Os casos de indisciplina e outros delitos serão enquadrados no art. 482 letra A e I da CLT.

De acordo

Florianópolis, de

de 199

Washington Luiz do Valle Pereira  
Presidente

Jovem Trabalhador

Responsável

## REGULAMENTO PAIS-PROGRAMA JOVEM TRABALHADOR

A partir da inscrição do adolescente no Programa Jovem Trabalhador os pais assumem os seguintes compromissos:

- 1 - Participar efetivamente das reuniões de pais, realizadas conforme cronograma estabelecido.
- 2 - Acompanhar periodicamente o desempenho profissional, escolar do adolescente em conjunto com a equipe do Programa Jovem Trabalhador, comparecendo sempre que solicitado e/ou quando sentir necessidade.
- 3 - Auxiliar o adolescente para que apresente mensalmente o xerox da caderneta escolar e/ou atestado de frequência no Programa Jovem Trabalhador, conforme item 4 - Regulamento Interno Trabalhador.
- 4 - Apresentar a equipe de Serviço Social do Programa Jovem Trabalhador qualquer situação que possa trazer prejuízos pessoais, escolares e/ou profissionais ao jovem trabalhador.
- 5 - Apresentar sugestões, críticas e dúvidas a fim de viabilizar esclarecimentos e mudanças no acompanhamento ao adolescente.
- 6 - Manter atualizado endereço, telefone de trabalho e telefone para contato.
- 7 - Em caso de doença e/ou ausência do jovem ao trabalho, comunicar imediatamente ao Programa Jovem Trabalhador, apresentando atestado médico, para que sejam tomadas as providências necessárias.
- 8 - Informações sobre salário, férias, pagamentos, vale-transporte, vale-refeição, procurar o setor administrativo do Programa Jovem Trabalhador.

De acordo

Florianópolis, de

de 199

-----  
Pais

-----  
Jovem Trabalhador

## **ANEXO 3**

### **DADOS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**Nome da Aluna:** Michelle Schmidt dos Santos

**Matrícula:** 9511622-2

**Ano do desenvolvimento do estágio I:** 97 – Semestre I

**Nome do local do estágio:** Promenor (Programa Jovem Trabalhador)

**Projeto:** Poder decisório dos pais no ingresso dos jovens no mercado de trabalho

**Nome da supervisora da Instituição:** Regina Panceri

**Nome da supervisora da UFSC:** Edaléa Maria R. da Silva

**Número de horas desenvolvidas:** 330 horas

**Ano do desenvolvimento do estágio II:** 97 – Semestre II

**Nome do local de estágio:** Promenor (Programa Jovem Trabalhador)

**Nome da supervisora da Instituição:** Regina Panceri

**Nome da supervisora da UFSC:** Maria da Graça dos S. Dias

**Número de horas desenvolvidas:** 348 hs e 30 min.

**Ano do desenvolvimento do estágio III:** 98 – Semestre I

**Nome do local de estágio:** Promenor (Programa Jovem Trabalhador)

**Nome da supervisora da Instituição:** Regina Panceri

**Nome da supervisora da UFSC:** Maria da Graça dos S. Dias

**Número de horas desenvolvidas:** 720 horas.

## **APÊNDICE**

## Questionário.

- 1) Vieram intermédio de quem ao Programa Jovem Trabalhador - Promenor ?
- 2) Quem veio no Programa Jovem Trabalhador para pedir informações ?
- 3) Qual o motivo da solicitação ?
- 4) Quem deu o maior apoio à vocês no ingresso ao trabalho?
- 5) Quais os argumentos que essas pessoas utilizaram ?
- 6) Você (adolescente) tem liberdade de escolha frente a questão do ingresso no mercado de trabalho?
- 7) Como vocês (pais) vêem a ida do(a) adolescente no mercado de trabalho ?
- 8) (Se os pais são separados) Influenciou a ida do adolescente no mercado de trabalho devido a separação ?